

# ESTATUTOS

— DO —

## Departamento da Creança no Brasil

FUNDADO PELO DR. MONCORVO FILHO

... em 1 de Março de 1919 ...

(Reconhecido de Utilidade Publica Municipal pelo  
Decreto n. 2340, de 18 de Novembro de 1920 e  
premiado com o «Grande Premio» na Exposição  
Internacional de 1922)



Rio

Empresa Graphica Editora  
Avenida Mem de Sá, 67 e 78

## ESTATUTOS

— DO —

# DEPARTAMENTO DA CRIANÇA NO BRASIL

(Aprovados em Assembléa geral de 13 de Setembro de 1923 e registado sob o n. 242.823 no Registo de Titulos e Documentos em 17 de Outubro do mesmo anno)

## CAPITULO I

### Fins e séde

Art. 1.º — O “DEPARTAMENTO DA CRIANÇA NO BRASIL”, fundado em 1.º de Março de 1919, por iniciativa exclusiva do Dr. Arthur Moncorvo Filho, tem por especial missão cuidar interessadamente do problema da infancia, sob todas as suas faces, graças a um trabalho systematico e methodicamente organizado, proporcionando, dest’arte, á sociedade brasileira e aos Poderes Publicos os mais efficazes elementos para uma decisiva e permanente acção em prol do beneficiamento, nesse sentido, de nossas condições sociaes.

Art. 2.º — São seus fins especiaes:

1.º) Proceder ao historico da assistencia á infancia no Brasil. Seu aspecto nos differentes periodos da civilização do nosso paiz.

2.º) O estudo geral da situação do Brasil em materia de protecção directa e indirecta á infancia.

3.º) Ter em ordem o registo minucioso de todas as instituições privadas ou officiaes da Capital da Republica e de todos os Estados, com a inscripção de dados historicos, estatísticos e serviços prestados a ellas referentes, etc., etc.

4.º) Estabelecer um serviço perfeito de informações e dados completos a esse respeito.

5.º) Obter infórmes precisos sobre toda a legislação nacional que directa ou indirectamente se refira

á infancia, devendo lembrar aos Poderes Publicos as medidas legislativas tendentes a regular a situação da infancia sob todos os pontos de vista e de accôrdo com os resultados dos estudos feitos pelo "DEPARTAMENTO".

6.º) Ter sob sua responsabilidade a organização de um archivo com a separação de todos os assumptos de assistencia, puericultura, hygiene, etc., em relação ao nosso paiz, de modo a ser facilmente compulsado pelos interessados.

7.º) Constituir, ao cabo de algum tempo, uma bibliotheca especial de obras sobre protecção á infancia á disposição do publico.

8.º) Ter sob seu especial cuidado o estudo social e demographico da municipalidade, da natalidade, da morbidade e da mortalidade infantis e da mortinatalidade, em ordem a poder lembrar aos Poderes Governativos, sempre que fôr conveniente, o estabelecimento das medidas urgentes e inadiaveis contra os factores negativos do nosso progresso e da nossa civilização, maximé em relação á despovoação e ás condições de robustez de nossa raça.

9.º) Pôr em execução todos os recursos á mais facil educação hygienica do povo em pról da boa puericultura, por meio de uma cerrada companhia contra a analfabetismo, o alcoolismo, a avaria, a tuberculose, a ignorancia e o preconceito, para a conveniente criação e alimentação das creanças, sobretudo até a idade de um anno, o mais delicado periodo da vida, propagando o aleitamento materno, etc., etc.

1.º) Estudar muito seriamente os meios efficazes de protecção das collectividades infantis, principalmente as escolas, as fabricas, as usinas, etc.

11.º) Idem em relação á mulher grávida pobre, particularmente nos centros industriaes.

12.º) Estudar o problema da infancia moralmente abandonada, a delinquente e a que é victima de paes ébrios ou immoraes, lembrando aos poderes competentes medidas que beneficiem a sua situação.

13.º) Fomentar a criação de todas as iniciativas que, directa ou indirectamente, amparem a infancia, maximé das que se refiram ao combate da mortalidade infantil e da mortinatalidade, á boa criação dos lactantes, á educação, á correcção dos máos costumes,

e ao ensino, principalmente profissional, nesse intuito, promovendo a realização de CONGRESSOS e PALESTRAS PUBLICAS, a divulgação de conselhos impressos e outras deliberações que hajam por objectivo o desenvolvimento physico, moral e intellectual da creança, mantendo a organização do "MUSEU DA INFANCIA", de caracter permanente, onde esteja representado todo o movimento naquelle sentido já operado no Brasil, o que será sobremodo instructivo á nossa população, servindo, outrossim, á orientação dos poderes dirigentes do nosso paiz.

14.º) O "DEPARTAMENTO" publicará, periodicamente, um Boletim sommatico de todo o movimento de caridade e assistencia á infancia, estatísticas e dados historicos do que se fôr operando em nosso paiz, sendo, logo que possivel, feita uma publicação annual, completa, de todo o movimento com as conclusões praticas, oriundas do estudo e da observação do "DEPARTAMENTO", acompanhada de mappas, graphicos, estampas, etc., afim de que possam os Poderes Publicos nella colher dados para agir no melhor sentido.

15.º) Informar os Poderes Publicos, quando lhe fôr solicitado, sobre qualquer assumpto que se refira, directa ou indirectamente, ao amparo ou á salvaguarda da saúde ou da vida da creança.

16.º) Corresponder-se directa e assiduamente com os Governos e altas autoridades sanitarias desta Capital e dos Estados afim de que possa o "DEPARTAMENTO" estreitar relações e suggerir medidas, todas visando a melhor protecção e a divulgação de conselhos da maior utilidade pratica.

17.º) Fomentar a fundação de ASSOCIAÇÕES ou de LIGAS DE BENEFICENCIA em favor das mães e das creanças pobres, auxiliando, sempre que fôr possivel, por todos os modos as obras de amparo á infancia.

18.º) Entrar em relações directas com todas as agremiações ou instituições sociaes ou scientificas de protecção á primeira e á segunda infancias ou ás mães pobres, afim de serem remetidas informações sobre o seu funcionamento e methodos modernos introduzidos.

19.º) Lembrar aos Poderes Publicos quaes as fontes

de renda aproveitáveis e a sua melhor applicação ao beneficio da infancia desprotegida.

20.º) Fornecer aos Poderes Publicos, quando lhe seja solicitado, todos os elementos com que possam cuidar o mais breve possivel da organização geral da "Assistencia Publica" particularmente na parte que se refere á infancia e á adolescencia.

21.º) Levar ao conhecimento das autoridades competentes os casos de atrocidades, castigos e attentados contra a infancia e a puericia, afim de que sejam tomadas as mais promptas e efficazes providencias.

22.º) Divulgar conhecimentos, informações, conselhos e indicações que despertem a iniciativa, em todo o territorio brasileiro, da creação de obras de protecção e assistencia á infancia, rigorosamente scientifica, como: Dispensarios, Crêches, Gattas de Leite, Consultas de Lactantes, Restaurants para as mães nutrices pobres, Mutualidades Maternaes, Jardins de Infancia ou Escolas Maternaes, Externatos ao ar livre, Colonias de Férias, etc., etc., e bem assim do ensino da Puericultura e da Hygiene Infantil em geral.

23.º) Concórrer, tanto quanto possivel, para a applicação pratica das leis protectoras da infancia, para que sejam evitadas a sua infracção, má comprehensão ou execução.

24.º) Procurar conseguir em todos os Estados do Brasil a uniformisação das estatisticas, sobretudo as da mortalidade infantil, afim de que haja sempre base segura para o estudo do importante assumpto, de accordo com as hodiernas conquistas da sciencia.

Art. 3.º — A sua séde provisoria está nesta Capital, á Rua Visconde do Rio Branco, 22 (sobrado), edificio do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro, e posteriormente, quando possivel, em casa propria.

## CAPTULO II

### Da administração

Art. 4.º — O "DEPARTAMENTO DA CREAÇA NO BRASIL" será administrado por um Conselho Administrativo composto do Director-Fundador, um Presidente, dois Secretarios, um Thesoureiro e um

Procurador, que serão eleitos a excepção do Director-Fundador, de cinco em cinco annos.

§ Unico. — Gozará privativa e perpetuamente do titulo de Director-Fundador, o Dr. Arthur Moncorvo Filho, o creador e installador do "DEPARTAMENTO DA CREAÇA NO BRASIL" e suas secções: o Museu da Infancia, inaugurado em 12 de Outubro de 1922, e os Congressos Brasileiros de Protecção á Infancia, do qual o primeiro foi realisado de 27 de Agosto a 5 de Setembro de 1922.

Art. 5.º — Entre os membros do Conselho Administrativo serão distribuidas respectivamente as funções burocraticas, cabendo ao Director-Fundador, com a mais ampla autonomia, a direcção, administração, organização e desenvolvimento do "DEPARTAMENTO", a nomeação e demissão dos funcionarios, tendo por conseguinte a superintendencia geral de todos os serviços, tanto nesta Capital como fóra della.

§ Unico. — Caberá tambem ao Director-Fundador autorisar todas as despesas do "DEPARTAMENTO", remettendo, já processadas e visadas, ao Thesoureiro, todas as contas a serem satisfeitas.

Art. 6.º — Os membros do Conselho Administrativo do "DEPARTAMENTO" são reelegiveis.

Art. 7.º — O "DEPARTAMENTO" será representado activa e passivamente nos actos juridicos e extrajudiciaes pelo seu Director-Fundador, de accordo com o Codigo Civil, não se responsabilizando subsidiariamente os Membros da instituição pelas obrigações sociaes nem tão pouco esta pelas obrigações contrahidas por quaesquer de seus membros em seu nome individual, salvo os casos previstos nestes Estatutos.

## CAPTULO III

### Dos socios

Art. 8.º — O "DEPARTAMENTO", com numero ilimitado de associados, tel-os-ha divididos em tres categorias: Fundadores, Benemeritos e Grandes Benefeitores, sendo os primeiros os que subscreveram a acta da installação, os segundos quantos hajam prestado reaes serviços á Obra, e finalmente, os terceiros os que tenham proporcionado ao "DEPARTAMENTO"

serviços de excepcional valia, a juízo do Director-Fundador.

§ Unico. — A juízo do mesmo Administrador, poderão ser dados títulos de Presidentes, Vice-Presidentes e Membros Honorarios a pessoas de elevada posição politica ou social e que hajam concórrido para o progresso do “DEPARTAMENTO DA CREAÇA NO BRASIL”.

## CAPITULO IV

### Dos fundos

Art. 9.º — O patrimonio do “DEPARTAMENTO” será constituído pelo saldo das dadivas, subvenções, legados, etc., que tiverem sido destinados á manutenção da Obra, podendo o seu Conselho Administrativo empregar esse patrimonio na compra de títulos ou de immoveis ou deposital-o em estabelecimento bancario de reconhecido credito.

§ Unico. — O Thesoureiro deverá manter a mais rigorosa escripturação dos haveres que lhe forem entregues.

Art. 10.º — O Director-Fundador, ou no seu impedimento ocasional, o procurador que para esse fim constituir, assistido pelo Thesoureiro, effectuará as operações de credito que julgar necessarias á economia do “DEPARTAMENTO DA CREAÇA NO BRASIL”, podendo para tal fim alienar e, de uma maneira geral, onerar bens da instituição, dando-os em caução ou garantia, devendo taes operações ser communicadas ao Conselho Administrativo.

## CAPITULO V

### Da Assembléa Geral

Art. 11.º — A Assembléa Geral Ordinaria reunir-se-ha de cinco em cinco annos para ouvir a leitura do Relatorio do Director-Fundador e proceder a eleição dos Membros do Conselho Administrativo.

§ Unico. — Sempre que julgar conveniente, o Director-Fundador poderá convocar a Assembléa Geral Extraordinaria que se realizará com a presença nunca

inferior a 10 socios a não ser em 3.ª convocação, em que se effectuará com qualquer numero.

## CAPITULO VI

### Disposições Geraes

Art. 12.º — Estes Estatutos só poderão ser completamente reformados, por iniciativa do Director-Fundador, ou de seu successor, em uma Assembléa Geral Extraordinaria, podendo, entretanto, ser feitas alterações, desde que não prejudiquem o todo e depois publicados e registados, de accôrdo com as leis em vigor, após approvação tambem em uma Assembléa Geral Extraordinaria.

Art. 13.º — O “DEPARTAMENTO DA CREAÇA NO BRASIL” poderá contractar, não só com particulares como com o Estado, quaesquer serviços que directa ou indirectamente interessem ao seu objectivo, a juízo do seu Director-Fundador, que de tudo que houver feito deverá dar conhecimento ao Conselho Administrativo.

Art. 14.º — Extinguir-se-ha a pessoa juridica do “DEPARTAMENTO” quando pela Assembléa Geral Extraordinaria fôr resolvida a sua dissolução, sendo neste caso dado aos seus bens o destino que essa Assembléa Geral determinar.



